

## Internacionalização da publicação científica em um mundo multipolar

Marília Sá Carvalho <sup>1</sup>

Luciana Dias de Lima <sup>2</sup>

Luciana Correia Alves <sup>3</sup>

doi: 10.1590/0102-311XPT067325

A internacionalização dos periódicos brasileiros vem sendo debatida amplamente e se apresenta como um elemento importante para o fortalecimento da ciência nacional e sua integração ao debate acadêmico em todo o mundo. De forma geral, a internacionalização refere-se ao processo de inserção de revistas, pesquisadores e instituições em circuitos globais de produção, disseminação e avaliação científica. Isso envolve a colaboração entre autores de diferentes países, a presença em bases de dados internacionais e o cumprimento de critérios de qualidade estabelecidos por organismos globais.

Entretanto, frequentemente apresentada como um caminho para promover visibilidade e trocas necessárias, o debate da internacionalização carrega uma série de contradições, especialmente quando observada a partir da perspectiva dos países com menor inserção nos circuitos tradicionais da ciência internacional. Não sem razão, apesar do avanço substancial do Brasil nos últimos anos, ainda é um desafio para o país posicionar suas revistas e respectivas publicações no conjunto dos principais periódicos do mundo.

Em uma vertente mais pragmática, alguns autores apontam os entraves e as estratégias possíveis para ampliação do impacto internacional das publicações brasileiras <sup>1,2</sup>. Entre as limitações, está a barreira linguística enfrentada por pesquisadores de países não anglófonos <sup>3</sup>. SciELO, a grande biblioteca digital de acesso aberto que reúne periódicos científicos de diversos países, sustenta a publicação de artigos em inglês como indispensável ao aumento de citações e dos indicadores de impacto, de forma a ampliar o reconhecimento e a visibilidade das pesquisas e autores à comunidade internacional <sup>4</sup>. Também a baixa diversidade geográfica da composição dos conselhos editoriais, de autores e de revisores é um aspecto que desafia as revistas brasileiras. O corpo editorial de muitas revistas é majoritariamente restrito ao país, o que limita a inserção internacional e o reconhecimento externo. Por sua vez, autores de países centrais somente publicam no Brasil artigos feitos em parceria com autores nativos ou da América Latina.

Outra vertente desse debate questiona o que se entende por internacionalização da ciência e das revistas científicas <sup>5</sup>. CSP já abordou essa questão em outros fóruns <sup>6</sup>, mas é bom lembrar que apenas seis conglomerados controlam o mercado editorial científico, com margens de lucro espantosas <sup>7</sup>. O acesso aberto, associado à internacionalização, é viabilizado por meio de taxas cobradas dos autores, agências de financiamento e instituições.

<sup>1</sup> Programa de Computação Científica, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil.

<sup>2</sup> Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil.

<sup>3</sup> Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil.



Estima-se que cientistas tenham desembolsado mais de USD 1 bilhão em quatro anos para publicar em acesso aberto nesses veículos. Essa concentração e o alto custo dificultam a inserção de periódicos e pesquisadores de países com menos recursos, comprometendo uma internacionalização mais equitativa e inclusiva.

O Portal de Periódicos CAPES (<https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/sobre/nossa-historia.html>), criado em 2000, trouxe acesso aos artigos de mais de 50 mil revistas científicas para cerca de 500 instituições brasileiras, garantindo o acesso ao conhecimento que é produzido no exterior, nos países centrais principalmente. Recentemente, a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) assinou acordos transformativos com editoras comerciais, garantindo o pagamento das taxas de processamento de artigos (*article processing charges* – APC; <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acessoaberto/acordos-transformativos.html>). O objetivo é facilitar a transição do acesso por assinatura ao modelo de acesso aberto, o que se justifica por dar maior visibilidade à produção científica e tecnológica nacional. Além disso, a publicação nessas revistas deixará de ser possível somente para os pesquisadores que têm bons financiamentos de projetos, democratizando a publicação. Entretanto, a estratégia de pagar APC para publicar no exterior busca internacionalizar a ciência brasileira e, simultaneamente, transfere volumes expressivos de recursos do país para fora. Em 2025, o contrato da CAPES com a editora Wiley custou USD 8,3 milhões (dado obtido via Lei de Acesso à Informação, protocolo 23546.018379/2025-17). Em comparação, o edital CNPq/CAPES de 2024 destinou apenas BRL 6 milhões para apoiar 272 periódicos nacionais, o que corresponde a uma média de BRL 22.000 por revista.

Os acordos transformativos combinam internacionalização receptiva, na qual se lê o que está sendo produzido no exterior, e exportadora, que busca divulgar a ciência produzida localmente. Ambos os processos são inerentes a um mundo unipolar, no qual o Sul Global está, por definição, em posição subalterna<sup>8</sup>. O chamado Sul Global é composto por países tão diversos como Brasil, Índia, África do Sul, México, Nigéria, Argentina, Indonésia e outros da América Latina, África e partes da Ásia. Trata-se de uma categoria geopolítica e epistemológica que abrange nações historicamente marginalizadas nos fluxos internacionais de ciência, tecnologia e inovação. Em contraposição, o Norte Global inclui países como Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, França, Canadá, Japão, entre outros, que concentram os principais centros de pesquisa, editam a maior parte dos periódicos de alto fator de impacto e definem os parâmetros de excelência científica em escala mundial.

Nesse contexto, a internacionalização muitas vezes se configura como uma via de mão única, marcada pela subalternidade do conhecimento produzido no Sul Global. Essa subalternidade não é apenas econômica ou tecnológica. Ela se manifesta na validação desigual de saberes, na imposição de normas de publicação, e na ideia implícita de que a ciência feita nos países centrais é universal, enquanto a produzida na periferia é local, contextual e, por vezes, irrelevante para os grandes debates científicos. Isso cria uma hierarquia de conhecimentos, na qual as experiências, problemas e soluções originadas no Sul são invisibilizadas ou consideradas menos legítimas, a menos que sejam filtradas, traduzidas (inclusive simbolicamente) e aceitas por instituições do Norte.

Na Saúde Coletiva/Saúde Pública essa dinâmica tem consequências graves. Práticas e políticas exitosas, como a Estratégia Saúde da Família, muitas vezes não ganham a devida visibilidade global porque são vistas como respostas locais a problemas “regionais”, e não como inovações com potencial de contribuição universal. O resultado é que saberes produ-

zidos em diálogo com realidades complexas, deixam de circular amplamente, enquanto se reforça um modelo de ciência unidirecional, centrado nos países mais ricos e nas grandes editoras internacionais.

Por isso, argumentamos que é necessário rever o sentido da palavra “internacionalização” no campo da publicação científica. Certamente as revistas do Norte Global são internacionalizadas, ou podemos dizer internacionais, mesmo quando no seu nome levam a palavra *American*. Nesse caso, a revista é internacional por seu papel de concentração de submissões de artigos de todo o mundo, com hegemonia científica desses países e drenagem de recursos que poderiam ser aplicados na produção do conhecimento em si.

Mas queremos uma internacionalização ou múltiplas internacionalizações <sup>6,9?</sup> Neste Editorial, procuramos problematizar a internacionalização entendendo-a como um processo com perspectivas distintas. Levar o conhecimento produzido em um país para outros, seja publicando ou incorporando-o às pesquisas desenvolvidas em diversos países, é desejável e necessário. Entendemos a ciência, nas diversas áreas do conhecimento, como um bem público universal. Mas para quem e como levar artigos sobre temas certamente relevantes no cenário nacional para outras realidades que também se beneficiariam desse conhecimento? Pagando APCs? Publicando em inglês <sup>10?</sup>

Internacionalização assim, não é uma via de mão dupla, com espaço nos dois sentidos. À medida em que emergem novos polos científicos, a internacionalização não é mais sinônimo da relação com países do hemisfério Norte. O próprio SciELO, pioneiro no acesso aberto, reúne periódicos de 15 países (informação atualizada em 23 de fevereiro de 2025), com 127 revistas no campo das Ciências da Saúde. O acesso à publicação científica, no qual nem autor nem leitor pagam, denominado “acesso aberto diamante”, é essencial para a democratização da ciência, garantindo o acesso livre a leitores e autores de qualquer parte do mundo, e deve ser sustentado por instituições e associações sem finalidade lucrativa, como afirmamos em editorial anterior <sup>3</sup>.

O papel dos BRICS na liderança de um mundo multipolar pode ser um grande estímulo para a comunicação da ciência produzida em países periféricos, para além da antiga participação como local de coleta de dados. O que é possível para ampliar a internacionalização da publicação científica em contexto de multipolaridade? Analisar a forma como se dá esse processo de internacionalização, tanto considerando as redes de colaboração quanto o local de publicação, é a tarefa que está colocada para construir um modelo multipolar da publicação científica. Mais do que ocupar rankings, trata-se de garantir que o conhecimento produzido no Brasil possa circular, ser reconhecido e contribuir efetivamente para a ciência global.

A ciência é um patrimônio coletivo de todos os povos, culturas e territórios. Assim, os caminhos da internacionalização devem servir para ampliar o acesso, a diversidade e a relevância do conhecimento, e não para reproduzir assimetrias geopolíticas ou epistemológicas. Nem uma única história <sup>11</sup>, como fala Chimamanda Ngozi Adichie (<https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg>), nem uma ciência limitada a uma só visão de mundo.

## Colaboradores

M. S. Carvalho contribuiu com a redação e revisão; e aprovou a versão final. L. D. Lima contribuiu com a redação e revisão; e aprovou a versão final. L. C. Alves contribuiu com a redação e revisão; e aprovou a versão final.

## Informações adicionais

ORCID: Marília Sá Carvalho (0000-0002-9566-0284); Luciana Dias de Lima (0000-0002-0640-8387); Luciana Correia Alves (0000-0002-8598-4875).

1. Pereira DB, Lobão ISL, Lucas ERO. Internacionalização de periódicos científicos brasileiros: exigências requeridas. In: Anais do 28º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. <https://portal.febab.org.br/cbbd2019/article/view/1948> (accessed on 18/Mar/2025).
2. Santin DM, Vanz SAS, Stumpf IRC. Internacionalização da produção científica brasileira: políticas, estratégias e medidas de avaliação. *Revista Brasileira de Pós-Graduação* 2016; 13:81-100.
3. Amano T, González-Varo JP, Sutherland WJ. Languages are still a major barrier to global science. *PLoS Biol* 2016; 14:e2000933.
4. Meneghini R, Packer A. Is there science beyond English? Initiatives to increase the quality and visibility of non-English publications might help to break down language barriers in scientific communication. *EMBO Rep* 2007; 8:112-6.
5. Robinson-Garcia N, Ràfols I. The differing meanings of indicators under different policy contexts. The case of internationalisation. In: Daraio C, Glänzel W, editors. *Evaluative informetrics: the art of metrics-based research assessment*. Cham: Springer; 2020. p. 213-32.
6. Fórum de Editores Científicos da Fundação Osvaldo Cruz. A internacionalização dos periódicos científicos brasileiros. <http://periodicos.fiocruz.br/sites/default/files/anexos/carta%20forum%20editores%20fiocruz.pdf> (accessed on 12/Apr/2015).
7. Ansedé M. Scientists paid large publishers over \$1 billion in four years to have their studies published with open access. *El País* 2023; 21 nov. <https://english.elpais.com/science-tech/2023-11-21/scientists-paid-large-publishers-over-1-billion-in-four-years-to-have-their-studies-published-with-open-access.html>.
8. Bataille P, Dumont L, Wang S. Injonctions à l'internationalisation. *Socio-logos* 2022; (17). <http://journals.openedition.org/socio-logos/6065>.
9. Salager-Meyer F. Scientific publishing in developing countries: challenges for the future. *J Engl Acad Purp* 2008; 7:121-32.
10. Amano T, Ramírez-Castañeda V, Berdejo-Espinola V, Borokini I, Chowdhury S, Golivets M, et al. The manifold costs of being a non-native English speaker in science. *PLoS Biol* 2023; 21:e3002184.
11. Adichie CN, Romeu J, Carvalho CE. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras; 2019.

Recebido em 08/Abr/2025  
Aprovado em 09/Abr/2025